

ENTREVISTA

Amílcar Tanuri / VIROLOGISTA

Um dos mais experientes cientistas do país diz que não é hora de pânico diante das variantes. Ele afirma que a receita contra elas é seguir o protocolo da pandemia

ANA LUCIA AZEVEDO alal@oglobo.com.br

‘VARIANTES SÃO CONTIDAS COM VACINA, TESTES E ISOLAMENTO’

O virologista da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Amílcar Tanuri afirma que não existe motivo para pânico em relação às novas variantes do coronavírus. Tanuri é um dos descobridores da variante P2 do Sars-CoV-2, surgida no Rio de Janeiro, e está à frente de testes para investigar o risco real dela e da P1, a cepa identificada em Manaus. Ele assegura que está confiante na eficácia das vacinas e destaca que o momento é de intensificar a testagem e o distanciamento social, num momento em que há imunizantes para apenas uma pequena parcela da população.

Coordenador do Laboratório de Virologia Molecular da UFRJ, Tanuri é um dos virologistas mais experientes do Brasil, com trabalhos sobre HIV, ebola, dengue, febre amarela, chicungunha, H1N1, zika, e desde o início está envolvido no combate à pandemia.

Qual o risco real das novas variantes do coronavírus?

A resposta honesta que a ciência pode dar é que não há certeza de nada. Mas certamente não existe motivo para medo e pânico. O medo não gera ações inteligentes e o pânico imobiliza. A maior parte do que se fala de alarmante até agora é baseado em estudos feitos com vírus recombinantes (a grosso modo, pedaços do Sars-CoV-2 mutante dentro de outro vírus) e a resposta deles é diferente da do vírus natural.

E o que precisa ser feito?

Investigar as variantes naturais do Sars-CoV-2. Há grupos de cientistas brasileiros fazendo isso. Nós investigamos na UFRJ a variante do vírus que isolamos aqui no Rio de Janeiro, a P2. Num estudo em colaboração com o laboratório da pesquisadora Marilda Siqueira, da Fiocruz, estudamos tam-



LEO MARTINS

bém a resposta da P1, a variante de Manaus, e da P2 aos anticorpos.

Há indícios concretos de que essas variantes sejam mais contagiosas?

Há suposições porque tivemos uma segunda onda num momento em que as variantes entraram em circulação. Mas não se pode esquecer que essas variantes apareceram num momento em que as pessoas infectadas no início do ano começaram a perder sua imunidade natural, sabemos que os anticorpos não duram muito. Então, não significa que essas variantes se espalharam porque são mais transmissíveis. Elas podem ter se propagado também em função da perda de imunidade.

Em que medida a variante identificada em Manaus pode ter causado o colapso a que assistimos na capital amazonense?

Essa variante pode ter se espalhado pela cidade e agora pela Região Norte, mas não pode ser atribuída a ela culpa do caos que vimos. Este está ligado à má gestão e à falta de distanciamento. Uma variante sozinha não fez isso.

E como essas variantes surgiram?

Uma hipótese é que tenham surgido em pessoas que sofreram persistência da infecção pelo coronavírus. Sabemos que algumas pessoas ficam mais tempo infectadas, o Sars-CoV-2 pode, por exemplo, persistir no intestino.

Por que só chamam a atenção as variantes originadas no Brasil, na África do Sul e no Reino Unido?

Porque essas variantes têm mutações numa região importante do vírus. Mas é um fenômeno global. Os Estados Unidos acabam de reportar a descoberta de variantes nos estados da Califórnia e de Ohio, com mutações igualmente preocupantes. E ninguém sabe o que está acontecendo na China e na Índia.

Em que medida as novas variantes ameaçam a eficácia da vacinação?

Estou otimista, acredito que quem for vacinado, estará protegido das formas graves da Covid-19. Mas a vacina precisa ser aplicada em larga escala para reduzir

as chances de as pessoas contraírem a doença. É necessário que as duas doses sejam aplicadas.

Equanto aos tratamentos com anticorpos monoclonais?

Esses, por serem muito específicos e atuarem justamente contra a região do coronavírus alterada nas mutações, podem perder potência. Talvez um tratamento com coquetéis de anticorpos contorne esse problema. Precisamos observar em laboratório como os anticorpos reagem às mutações. Há muitos anticorpos, para variadas regiões de uma mesma proteína-alvo do vírus. Uma mutação só afeta uma parte específica. Isso significa que a potência da resposta pode diminuir, mas não desaparecer.

O que precisa ser feito para conter as variantes?

A mesma receita conhecida da pandemia, é seguir o protocolo: distanciamento social, uso de máscara, higiene e testagem em massa. Destaco a importância desta última.

Por quê?

Porque testes rápidos de antígenos, mais baratos e também mais simples, podem ser usados em massa e realmente conter casos. A ideia é testar quem estiver com sintomas e as pessoas que tiveram contato com esse sintomáticos. Os casos positivos devem ser isolados. O Brasil nunca testou em massa e precisa fazer isso porque a vacinação não resolverá tudo sozinho.

Laboratório quer autorização para testar imunizante indiano no Brasil

A importadora brasileira Precisa Medicamentos solicitará autorização à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para conduzir testes clínicos de fase 3 da vacina

Covaxin, desenvolvida pelo laboratório indiano Bharat Biotech contra a Covid-19. A medida é necessária para formalizar o pedido de uso emergencial do imunizante no país e,

posteriormente, seu registro definitivo. A informação foi divulgada ontem pelo G1.

A Precisa Medicamentos, que representa a Bharat no Brasil, tem um acordo de in-

termediação com a Associação Brasileira das Clínicas de Vacinas (ABCVC), que negocia doses do imunizante contra a Covid-19 para cerca de 300 associadas no Brasil.

A oferta no setor privado, no entanto, depende do registro definitivo, uma vez que a exploração comercial é vedada no caso de vacinas aplicadas sob o regime emergencial.

A condução dos ensaios clínicos no Brasil deve ficar por conta de um hospital. No mês passado, uma delegação da ABCVC viajou à Índia para avançar no diálogo com a Bharat por um aporte de 5 milhões de doses. A fase 3 da vacina ainda não foi concluída na Índia.

Vinte estados preveem retorno às aulas presenciais em 2 meses

Especialistas são favoráveis à medida e cobram protocolos de segurança sanitária

JAN NIKLAS E RAPHAELA RAMOS
sociedade@oglobo.com.br

Em meio à alta dos casos de Covid-19 no Brasil, pelo menos 20 estados estão prevendo o retorno às aulas presenciais nas redes públicas de ensino para os meses de fevereiro e março. A retomada das atividades acontece em formatos híbridos — uma combinação de aulas presenciais e remotas — com protocolos sanitários de distanciamento e esquemas de rodízio entre alunos de determinadas séries conforme as especificidades de cada estado. Na maioria destes estados as escolas particulares também estão sendo autorizadas a reabrir.

Por um lado, a retomada das aulas presenciais com um alto número de casos da Covid-19 no país e sem vacinação em grande escala gera preocupação. No entanto, após quase um ano de escolas fechadas, prejuízos como o atraso na aprendizagem, aumento das desigualdades educacionais e risco de eva-

lta escolar também pesam.

Para Gabriel Corrêa, líder de políticas educacionais do Todos pela Educação, o momento do retorno deve ser definido pelas autoridades de saúde, mas do ponto de vista educacional, é preciso uma “obsessão do poder público” em preparar as escolas para voltar com segurança:

— Qualquer estado ou município que não esteja se preparando e fazendo de tudo para implementar medidas necessárias para que as escolas possam receber alunos de forma presencial está atrasado — ressalta. — Se for permitida uma retomada da rede privada sem retorno efetivo da rede pública, as desigualdades educacionais vão aumentar ainda mais.

Claudia Costin, diretora do Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais da FGV, também defende a urgência do retorno presencial, desde que seja seguro. A educadora destaca a importância de aquisição de produtos para escolas públicas, co-

mo papel higiênico, álcool em gel e equipamentos de proteção individual (EPIs):

— Quando é adotado o esquema de rodízio também é importante que a escola ofereça equipamento e pacote de dados, como São Paulo está se organizando para fazer, ou permita que os alunos acessem equipamentos da escola na sala de informática.

Em levantamento do GLOBO junto às secretarias de Educação, estados como Rio de Janeiro, Paraná, Ceará, Rio Grande do Norte e Mato Grosso anunciaram a volta às salas de aula já em fevereiro. Outros retornam em março, como o Distrito Federal, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul. Em São Paulo, o Tribunal de Justiça do estado derrubou uma liminar que havia suspenso o retorno das aulas presenciais nas escolas públicas e privadas do estado para este mês. Dessa forma, a rede estadual deve retomar as atividades no dia 8 de fevereiro.

Goias é o único estado que já



DENNY CESARE/CÓDIGO 19/AGÊNCIA O GLOBO

De volta. Aula presencial em escola particular de Campinas: turmas menores

abriu as escolas para seus alunos. A volta está se dando de forma gradual e desde 25 de janeiro 8% das unidades escolares da rede estadual já estão realizando atividades no regime híbrido. Outros estados, como Amazonas, Roraima e Tocantins, ainda não definiram datas para o retorno às aulas presenciais em razão dos acentuados casos de contaminação da Covid-19 nessas regiões. Em outras unidades federativas, como no Acre, são os municípios que estão decidindo sobre a reabertura das unidades públicas e privadas.

Corrêa e Costin avaliam que o Ministério da Educação não cumpriu sua função de coordenação e apoio às redes de ensino para os efeitos da pandemia. Em nota, a pasta informou que instituiu

programas de assistência financeira para que as escolas se preparem para retornar às aulas e que publicou um guia de implementação de protocolos de retorno das atividades presenciais. A definição da retomada do ensino presencial, segundo o MEC, é de responsabilidade das secretarias de Educação.

PRIORIDADE NA VACINAÇÃO

Os especialistas também defendem que os profissionais da educação sejam priorizados na vacinação contra a Covid-19. No Rio de Janeiro, a garantia da vacinação contra a doença entre os grupos prioritários é uma demanda dos professores da rede municipal e estadual, que decidiram entrar em greve de atividades presenciais. A falta de estru-

tura das escolas públicas e problemas de limpeza é vista como desafio para um retorno presencial seguro.

Segundo os governos dos estados, a retomada das aulas com a possibilidade da oferta das atividades presenciais foi definida pelas secretarias de Educação junto aos órgãos de saúde e de enfrentamento da Covid-19. Protocolos de saúde e de biossegurança estão sendo adotados para garantir a segurança de alunos, professores e funcionários.

Para o coordenador do comitê de infectologia pediátrica da Sociedade Brasileira de Infectologia (SBI), Marcelo Otsuka, ao se colocar na balança os riscos da maior circulação de pessoas com o retorno às aulas, e os prejuízos que alunos já estão sofrendo sem a escola, acaba sendo preferível que as atividades presenciais retornem de fato. Porém, além da adequação do ambiente escolar aos protocolos sanitários, é preciso que as famílias também participem desse retorno.

— É fundamental observar questões epidemiológicas: se o pai está com coronavírus, a criança não pode ir pra escola. Ou se ela mora com pessoas idosas com doenças de risco também, é preciso ponderar se ela deve voltar ao estudo presencial — pontua Otsuka.